

A Transamazônica a partir da narrativa de uma família camponesa migrante: da fuga da seca no Nordeste aos desafios da reconstrução da vida no bioma amazônico

The Transamazon from the narrative of a migrant peasant family: from the escape from the drought in the Northeast to the challenges of life reconstruction in the amazonian biome

Ricardo Eduardo de Freitas Maia*
Roberta Rowsy Amorim de Castro**
Gutemberg Armando Diniz Guerra***

Palavras chave:
Mobilidade espacial
Trajetória familiar
Reforma agrária

Resumo: Esse texto descreve o processo de migração de uma família nordestina para a Amazônia. A narrativa trazida aqui é uma história baseada na memória desse grupo, ilustrada com fotos do acervo familiar. Os fatos compartilhados no texto são provenientes de depoimentos e diálogos com os membros da família e da vivência dos primeiros autores na região, sendo o primeiro autor membro da terceira geração da família enfocada, acrescidos de observações e vivências do terceiro autor. A obtenção dos dados foi iniciada em novembro de 2020 e finalizada em maio de 2021. O texto está dividido em quatro partes, além da introdução. Depois de uma contextualização, inicia fazendo uma breve descrição da família e da vida no Nordeste, assim como os fatores que influenciaram no processo de tomada de decisão para a migração, os fatos da viagem e da chegada à Transamazônica. Além disso, discute o processo de fixação de moradia e adaptação ao novo bioma, com enfoque especial nas atividades produtivas. Por fim, apresenta a percepção dos participantes sobre o processo migratório e um resumo da saída dos filhos, envelhecimento do casal e venda da propriedade, bem como tece as considerações finais do artigo.

Keywords:
Spatial mobility
Family trajectory
Land reform

Abstract: This text describes the migration process of a northeastern family to the Amazon. The narrative brought here is a story based on the memory of this group, illustrated with photos from the family collection. The facts shared in the text come from testimonies and dialogues with family members and from the experience of the first authors in the region, being the first author a third generation member of the focused family, plus third author's observations and experiences. Data collection started in November 2020 and ended in May 2021. The text is divided into four parts, in addition to the introduction. After an initial contextualization giving a brief description of the family and life in the Northeast, as well as the factors that influenced the decision-making process for migration, the facts of the trip and arrival at Transamazon road. Furthermore, it discusses the process of fixing housing and adaptation to the new biome, with a special focus on productive activities. Finally, it presents the participants' perception of the migratory process and a summary of the children leaving, the couple's aging and the property's sale, as well as making the final considerations of the paper.

Recebido em 31 de maio de 2021. Aprovado em 15 de outubro de 2021.

* Doutorando em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará. E-mail: ricardomaiaufpa@gmail.com.

** Doutoranda em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora da Faculdade de Formação e Desenvolvimento do Campo, Campus Universitário de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará. E-mail: robertarowsyac@gmail.com.

*** Engenheiro agrônomo, doutor em socioeconomia do desenvolvimento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, Professor aposentado do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará. E-mail: gguerra@ufpa.br.

Introdução

No início da década de 1970, os governos militares iniciaram o assentamento de populações humanas oriundas das regiões Sul, Sudeste e, sobretudo, do Nordeste na Amazônia brasileira. O objetivo propagandeado, na época, era transferir e deslocar “homens sem terra para terra sem homens”. Para além do slogan, que desconsidera a ancestralidade da ocupação humana indígena e não-indígena na região, o processo seria inevitavelmente conflituoso, embora os chegantes não tivessem a noção exata do que enfrentariam.

Ocupar a Amazônia ou inventá-la como espaço ocupado foi uma preocupação recorrente dos governos brasileiros, como o que originou os investimentos de Henri Ford, nos anos 1920 e 1930 (COSTA, 2012), o Projeto Jari (PINTO, 1986) e a Transamazônica nos anos 1970 (MORAIS; GONTIJO; CAMPOS, 1970), desconsiderando a existência de uma sociedade estruturada, com funcionamento e características distintas (WAGLEY, 1988) e propostas estratégicas de como seria o seu desenvolvimento, como chegou a sugerir explicitamente o professor Armando Dias Mendes e

seus alunos do recém fundado Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, no livro que se tornou um clássico do pensar e refletir sobre essa região (MENDES *et al.*, 1975). Anos depois, com o mesmo título, Neide Gondim publica uma obra que segue como referência sobre como se construiu o imaginário sobre a Amazônia, em particular na sua relação com os europeus (GONDIM, 1994).

No Brasil, a abertura da Rodovia Transamazônica durante o regime militar, que vigorou de 1964 a 1985, suscitou intensos debates e posicionamentos prós e contras o empreendimento que tinha, declaradamente, o objetivo de ocupar o espaço com atividades produtivas, militares e de caráter integrador à economia da nação, embora todos esses aspectos estivessem sendo praticados há pelo menos quatro séculos (MENEZES; GUERRA, 1998). O que a construção da proposta da rodovia sugere é uma integração via terrestre de uma área que vivia, tanto quanto as outras do país, isolada como ilhas, conforme explica Hervé Théry na Figura 1, extraída, segundo ele, da obra de Golbery do Couto e Silva.



Figura 1 – O arquipélago Brasil segundo Golbery do Couto e Silva

Fonte: Théry (1989, p. 88).

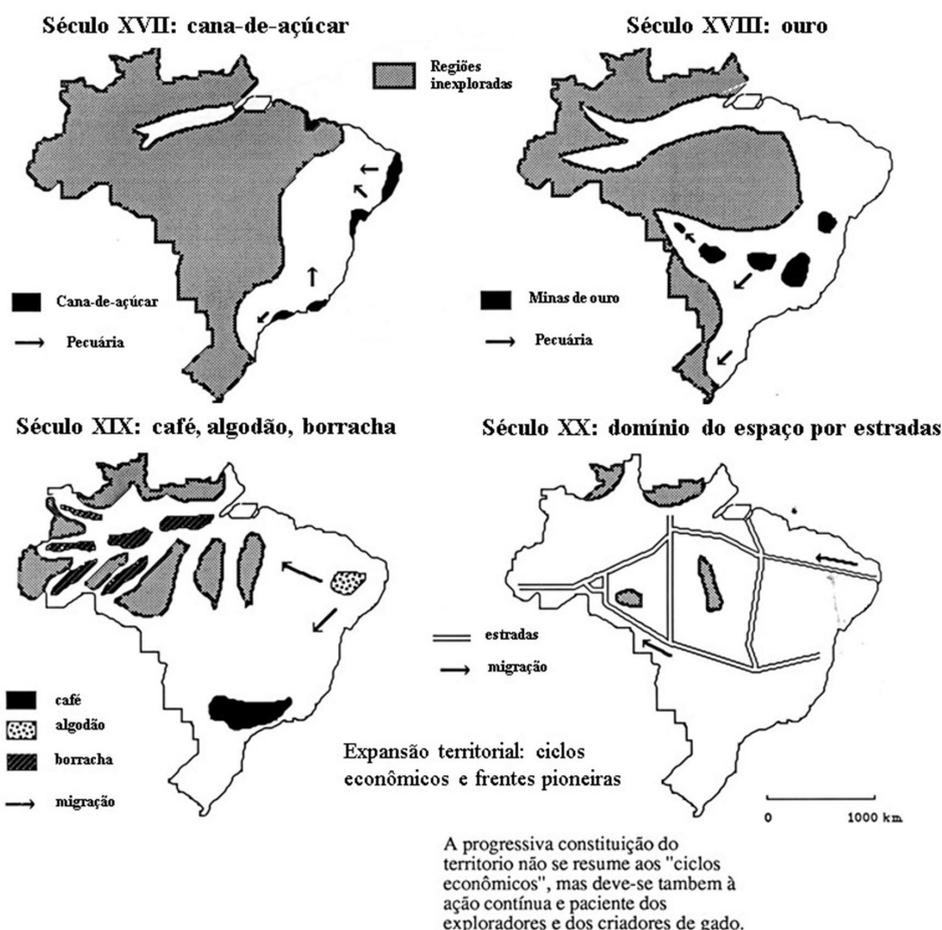


Figura 2 – A expansão territorial e os ciclos econômicos.

Fonte: Théry (1989, p. 33).

O Projeto da Rodovia Transamazônica não se encerrava em si mesmo, pois trazia em seu bojo uma proposta de Reforma Agrária que consistia em desconstruir as tensões de outras regiões do país como o Sul, Sudeste e Nordeste, ao incorporar novas áreas ao processo econômico do país, considerando critérios modernos – leia-se como parâmetros dessa modernidade a tecnologia fundada na aplicação de produtos agroquímicos, uso de sementes melhoradas e mecanização agrícola – a princípio com assistência técnica e financiamento bancário oficial ou oficioso. Alguns autores e o próprio governo proclamavam essa como a sua mais importante obra (MORAES; GONTIJO; CAMPOS, 1970).

O processo de assentamento de migrantes na região vem sendo documentado em literatura científica que destaca as dificuldades enfrentadas

pelos sujeitos que, atraídos pela propaganda oficial, foram trazidos ou migraram espontaneamente para a região, como relatam Mendes, Souza e Miranda Neto (2018), Santos, Souza e Silva (2020); Silva, Smith Júnior e Silva (2018); Silva (2008) e Souza (2012). Esses autores destacam os fracassos e sucessos desses migrantes e as estratégias utilizadas para a sobrevivência na Transamazônica, como o trabalho de Silva (2008) que trata da atuação política de mulheres migrantes.

Este artigo busca contribuir com esse debate a partir da descrição do processo de migração de uma família nordestina para a Amazônia. A narrativa trazida aqui é uma história baseada na percepção particular de membros dessa família específica e da memória desse grupo, ilustradas com fotos dos acervos familiares e pessoais. Os fatos

compartilhados no texto são provenientes de depoimentos e diálogos com os membros da família e da vivência dos primeiros autores na região, sendo o primeiro autor membro da terceira geração da família enfocada, acrescidas de observações e vivências do terceiro autor.

A principal fonte de dados é a memória de membros do grupo familiar sobre fatos que consideram importantes do e no processo, manifestada em falas e iconografia pertinente ao assunto. O processo de obtenção dos dados foi iniciado no mês de novembro de 2020 e finalizado no mês de maio de 2021. Inicialmente os membros do grupo familiar foram convidados a participar da pesquisa a partir da solicitação do envio de depoimentos de fatos que consideravam relevantes sobre a vida no Nordeste, os motivos da migração, as percepções da chegada na Amazônia e o processo de reinício da vida na região.

Todas as informações foram obtidas por meio de ligações telefônicas e conversas em texto e áudio via aplicativo de mensagens. Os contatos foram retomados sempre que houve necessidade de esclarecimento. Os depoimentos foram transcritos e parcialmente adicionados ao texto. A parte narrativa foi revisada com apoio de dois entrevistados que se dispuseram a esta tarefa.

O texto está dividido em quatro partes, além da introdução. Depois de uma contextualização inicia fazendo uma breve descrição da família e da vida no Nordeste, assim como os fatores que influenciaram no processo de tomada de decisão para a migração, os fatos da viagem e da chegada à Transamazônica. Além disso, discute o processo de fixação de moradia e adaptação ao novo bioma, com enfoque especial nas atividades produtivas. Por fim, apresenta a percepção dos participantes sobre o processo migratório e um resumo da saída dos filhos, envelhecimento do casal e venda da propriedade, bem como tece as considerações finais do artigo.

A família e as condições de vida no Nordeste

A família pesquisada formou-se no município de Sítio Novo no estado do Rio Grande do Norte. Nessa região viviam e vivem diversos grupos

familiares ligados por relações de parentesco e compadrio. Por essa característica, eram comuns os casamentos entre primos. Foi isso que ocorreu com Maria e Severino que se casaram no religioso no ano de 1948. Da união, na ocasião da mudança, já haviam nascido nove filhos: Maria Juventina, Maria José, Elias, Maria Francisca, Maria Rosa, Elizeu, Maria Verônica, Maria Claudia e Maria de Fátima. Além dos já mencionados, outros quatro filhos faleceram nos primeiros meses ou anos após nascidos. Além disso, a genitora estava grávida no ano da viagem para a Transamazônica, fato que vamos retomar adiante.

A família camponesa vivia da renda da pouca terra que tinham, algo em torno de 5 ha, que lhes foi concedida pelo genitor do Severino. A lembrança que os interlocutores têm do lugar, além da seca, é que a topografia era irregular e a fertilidade do solo mediana, em virtude dos sucessivos cultivos, o que dificultava a sobrevivência no local, obrigando-os, quando possível, a arrendarem terras de outros proprietários. Na Figura 3 pode ser vista a fotografia atual (2021) da casa onde moraram, embora com algumas modificações feitas como a presença de cisternas, antena parabólica e energia elétrica, permite uma ideia das características da moradia e do espaço disponível, com destaque para o relevo, o isolamento, o afloramento rochoso e a aridez do ambiente.



Figura 3 – Casa onde moraram no município de Sítio Novo, Rio Grande do Norte.

Foto: Maria de Fátima (2021).

Um detalhe importante é que a família aumentou o número de alimentandos rapidamente, porém a maior parte dos membros não estava pronta para o trabalho na terra em função das baixas idades,

o que obrigou os genitores a aumentarem a quantidade de trabalho que realizavam para conseguirem os recursos necessários para a reprodução do grupo. Dessa forma, nem sempre era possível escolher os meios para garantir o sustento familiar. O cultivo de plantas alimentícias, em particular o milho (*Zea mays* L.) e o feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), sempre foi prioridade. Em alguns anos, aventuraram-se em culturas agrícolas exclusivamente para a comercialização como o sisal (*Agave sisalana Perrine*) e o algodão (*Gossipi hirsutum* L.) em terra própria e/ou arrendada.

A necessidade de complementar a renda fez com que o genitor vendesse sua força de trabalho, enquanto a genitora cuidava das tarefas da casa e da terra onde moravam. O genitor, em conversas sobre o trabalho para fazendeiros, relatou que às vezes conseguia, por ter capacidade de ler e fazer operações matemáticas, a função de coordenação do processo de trabalho. Porém, isso era a exceção, pois na maior parte das vezes não havia possibilidade de escolha. “O trabalho para os fazendeiros era quase que como escravidão” dizia ele, ao lembrar da baixa remuneração e da penosidade excessiva do trabalho.

Quando instados a falar da vida no Nordeste, os membros da família recordam dois tipos de sentimentos conflitantes. Quando chovia, as lembranças estão permeadas de bons momentos. A ideia é de que se chovesse bem, isto é, todos os anos, talvez a migração¹ nunca tivesse ocorrido. A genitora lembrava com saudade dos momentos da relação com os seus parentes de lá, das festas de São João, ocasião em que havia comida feita com o milho verde e eram comuns instituírem laços de compadrio de fogueira.

Se por um lado a chuva traz boas memórias, por outro lado, a seca representa a penosidade desumana para a garantia da reprodução social da família. Tudo o que era construído em anos bons (com chuva) desmoronava nos períodos de seca: não era possível plantar, criar animais, assim como o próprio acesso à água era difícil. Segundo contava a genitora, era comum andar quilômetros com latas na cabeça para buscar água salobra que utilizavam para beber e cozinhar. A fome era uma ameaça real e constante.

Nos anos de maior seca, quando mais nada restava, trabalhavam nas frentes de trabalho do

Governo em troca de alimentos. De acordo com o genitor, o alimento recebido contribuía para que não morressem de fome. Os trabalhos consistiam na construção de açudes, manutenção de estradas, dentre outros serviços.

Esse processo em que a luta para a reprodução social era cada vez mais difícil e arriscada fez com que fosse cogitada a migração. Nas conversas sobre esse momento de decisão o genitor relata um fato que foi decisivo. Aqui tentaremos narrar conforme ele contou:

No ano de 1971 ou 1972, havia uma esperança de chuva. Preparamos a terra e a tão aguardada chuva veio, não como a gente queria, pois não foi uma chuva forte, mas já era alguma coisa em meio àquela seca. Nós ficamos animados e plantamos a roça de milho, que nasceu e estava muito, muito bonita. Tudo ia bem, mas a gente esperava outra chuva, a lavoura precisava de outra chuva. Eu lembro que nós capinamos toda a roça para evitar que as outras plantas puxassem a água que era para o milho. O milho chegou a empenoar, mas a chuva não veio. Secou tudo. Naquele momento, tomei a decisão de mudar de lá (SEVERINO, aposentado, 92 anos, memória do primeiro autor, 2021).

A solução veio quando escutavam o programa “A Voz do Brasil” no rádio. A notícia anunciava a possibilidade de migração para a Amazônia através do Programa de Integração Nacional (PIN)². A partir da decisão tomada foi necessário preparar a documentação para a viagem, visto que, na ocasião, o casal não havia se casado no civil e muitos filhos não haviam sido registrados, sendo estas comprovações documentos necessários para o cadastro da família junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Quando tudo estava pronto, foram até Natal, capital do Rio Grande do Norte, e fizeram a inscrição para participar do Programa.

Para a aprovação da família ainda foi necessário que todos os seus membros fossem vacinados e fizessem uma bateria de exames. Todo esse processo documental que implicava cadastro, vacinas e exames, durou aproximadamente seis meses. Após isso, viajaram para a cidade de Altamira em avião de carreira contratado pelo Governo. A família de um sobrinho de Severino chamado

Manoel viajou com eles, assim como Oscar, noivo de Maria José.

Deixaram para trás toda a história de vida no lugar de origem, os parentes e amigos de uma vida. Ficou no local somente a filha mais velha, que na ocasião estava casada, e o esposo não achou promissora a ida para a Amazônia. Levaram consigo a esperança de dias melhores, um pouco de dinheiro resultante da comercialização da terra e de outros bens que possuíam, roupas e algumas sementes como caju (*Anacardium occidentale*, L.) e manga (*Mangifera indica*, L.).

O processo de mudança para a Amazônia

No dia 20 de outubro de 1972, a família pesquisada chegou ao município de Altamira, estado do Pará. Notaram logo a mudança na paisagem que os cercava. Antes rodeados pela vegetação da caatinga, na Amazônia defrontaram-se com a floresta densa. Observaram que no município de Altamira estavam próximos ao belíssimo rio Xingu. Na ocasião da chegada ainda não havia começado o inverno amazônico, mas lembram que já chovia bastante.

Logo de início, eles foram levados para a Agrovila do Km 40, atualmente conhecida como Agrovila Carlos Pena Filho, que funcionava como um lugar provisório para as famílias que aguardavam o assentamento. O governo forneceu alimentação e moradia. Na casa foram alojadas duas famílias, totalizando 16 membros. Conforme lembra uma das filhas:

Ficamos numa agrovila bem no centro da mata onde a gente só ouvia bicho gritando, macacos gritando, que a gente ficava assombrado de noite com a zoada, mas a gente foi se acostumando com essa ideia, né?, porque pelo menos viemos para uma terra que tinha fartura (MARIA ROSA, pensionista, 62 anos, comunicação pessoal em novembro 2020).

Dois meses após a chegada, Maria, que estava grávida de 7 meses, no momento da mudança, deu à luz a Maria Vitória. O que parecia ser um bom sinal de recomeço no novo lugar, deu lugar ao sentimento

de tristeza da perda, pois a criança adoeceu e faleceu quatro meses após o nascimento.

Nesse ínterim, enquanto ainda estavam no Km 40, os funcionários do INCRA levavam o genitor e outros migrantes para conhecer lotes que estavam disponíveis para o assentamento de famílias. O genitor lembra que primeiro o levaram para o Km 211, no entanto, a distância dos principais centros urbanos e a infraestrutura precária fizeram com que declinassem a ida para o local.

Deram lote para o meu pai no [km] 211. Ele foi em cima de uma caçamba mais um monte de gente. Quando chegou lá as onças não deixavam eles dormirem de noite, esturrando lá perto deles. Eles fizeram uma fogueira lá e ficaram se aquecendo. O pessoal do INCRA disse para ele fazer um tapiri, e queria que meu pai trouxesse nós para o meio da selva. Uma poeira danada, no inverno atolava, como até hoje atola, todo mundo sabe e todo mundo vê, [...] durante essa viagem meu pai deu um jeito na coluna, quase morreu! Aí voltou pra casa e a gente chorando com saudade do Rio Grande do Norte. Depois ele foi lá no INCRA e disse que “se eles não dessem um lote perto da cidade, eles vão me levar e me deixar lá onde me acharam, pois não foi isso que eles prometeram pra nós” (MARIA JOSÉ, aposentada, 69 anos, comunicação pessoal no mês de novembro de 2020).

A cogitação de retornar para o Rio Grande do Norte era uma possibilidade real diante das dificuldades que se apresentavam, porém se a vida antes de migrarem já estava difícil, seria muito pior voltar após ter gastado as principais economias. Foi quando ofereceram outra oportunidade no Km 50, vicinal 18, atualmente município de Brasil Novo, mais próximo de Altamira.

A essa altura é importante destacar que a família era composta por 10 membros. A filha mais velha ficara no Nordeste, a seguinte, Maria José, estava noiva e se casou nos primeiros meses após a chegada, e não chegou a ser assentada no lote, pois se mudou para o município de Itaituba, Pará, acompanhando seu esposo que foi trabalhar naquele município.

Enquanto estavam na Agrovila do Km 40, os trabalhos na terra foram iniciados por Severino. Ele e vários outros colonos juntavam-se e iam de carro até

o Km 50 e, de lá, adentravam a vicinal 18 caminhando por cerca de 10 Km até a agrovila do assentamento, que posteriormente foi chamada de Agrovila Princesa Izabel. Lá era o ponto de apoio para que se organizassem para ir até os lotes, uma caminhada de aproximadamente 5 Km. Foi nesse período que tentaram a primeira roça.

Depois de quatro meses vivendo na Agrovila do Km 40, em janeiro de 1973 a família mudou-se para a agrovila do assentamento. Na agrovila, as ruas formavam uma figura geométrica semelhante a um retângulo e no meio havia o centro comunitário, o grupo escolar e outras estruturas necessárias à administração do assentamento. Aos assentados era assegurada uma casa construída de madeira, levantada do solo cerca de 1 metro, piso de madeira e cobertura com telha ondulada de fibrocimento. Embora sempre houvesse a possibilidade de voltar para o Rio Grande do Norte em função da não adaptação ao novo local, um sinal de que a família iria ficar na região foi o fato de que a genitora plantou uma árvore, uma mangueira, que demora pelo menos cinco anos para frutificar.

Foi nessa agrovila que se construíram os primeiros laços de sociabilidade na região. Não era difícil encontrar pessoas em condições semelhantes às deles, a maior parte vinda do Nordeste. Na ocasião em que todos estão em dificuldades cresce a solidariedade e a reciprocidade entre os membros dos grupos familiares. Esses laços foram reforçados a partir das relações religiosas, inclusive o genitor contribuía com as celebrações e a catequese.

Os lotes destinados aos assentados na localidade eram de 100 ha cada, todos cobertos com floresta, porém devido a problemas na hora da medição alguns lotes ficaram com áreas maiores ou menores que isso. No caso da família em questão, o tamanho da terra foi de 88 ha. De acordo com os interlocutores, a eles restaram os braços e o incentivo governamental para desmatar 50% do lote para garantir a propriedade. Essa era uma espécie de compromisso e demonstração da capacidade do trabalho que resultou no desmatamento de boa parte da floresta. Duas características do lote são importantes de serem destacadas: havia uma mancha de terra roxa estruturada, um tipo de solo com boa fertilidade, e a disponibilidade de nascentes e igarapés que favoreciam o assentamento da família

no local, visto que em outros lugares da mesma vicinal não havia água corrente para os colonos.

A Amazônia e os desafios da adaptação ao novo bioma

Quando a família chegou à Transamazônica se defrontou com uma série de problemas como doenças, infraestrutura precária no assentamento, dificuldades de adaptação ao clima, rendimentos parcos dos plantios agrícolas e distanciamento do mercado consumidor.

O adoecimento de qualquer colono era um desafio para a família e para a comunidade. Neste sentido, um fato que marcou a memória foi quando um assentado teve um acidente com uma espingarda enquanto caçava e teve que ser retirado numa rede pelos vizinhos que o levaram, por meio das matas, até a agrovila. Mais especificamente sobre a família, há lembranças de adoecimentos como malária e gripes nos membros do grupo e sucessivos casos de Leishmaniose. A assistência estatal nos casos de adoecimento era precária, o que fazia com que buscassem medicamentos alternativos para se tratar.

Assim, a falta de infraestrutura era outra questão problemática que dificultava a manutenção das famílias nos lotes. Conforme destaca Souza (2012), eram várias as carências, como problemas de saúde oriundos de doenças, epidemias, acidentes e picadas de cobras e insetos, que se somavam a falta de postos de saúde e hospitais próximos. Além disso, a impossibilidade de estudo para além das séries iniciais era outro desafio, já que as escolas que foram construídas nas agrovilas atendiam somente a essas séries. Neste caso, filhos de famílias que residiam distantes das agrovilas tinham o acesso à educação prejudicado em função da distância e das dificuldades para o deslocamento. Nas conversas sobre o período, sempre aparece como algo emergencial os temas do transporte, principalmente devido a inexistência de estradas, e a precariedade da moradia no lote.

Era comum andar por quilômetros com mantimentos nas costas. O trajeto para o lote era dificultado pela ausência de estrada até o local, o que os forçavam a transitar por trilhas no meio da floresta e atravessar igarapés em pontes improvisadas,

conhecidas como pinguelas, dentre outros obstáculos, para chegar até o local de moradia. Uma filha lembra como era feito o trajeto:

Quando a gente ia da agrovila para o lote, papai carregava a feira e Elizeu levava Fátima, que ainda era muito pequena. E os outros filhos levavam o que conseguiam carregar. Era pelo meio do mato mesmo, nas picadas, atravessando as pinguelas (MARIA FRANCISCA, cabeleireira, 63 anos, comunicação pessoal em fevereiro de 2021).

A perspectiva inicial era de trabalhar no lote e morar na agrovila até que a infraestrutura do assentamento melhorasse. No entanto, anteciparam os planos e se mudaram para o lote após construírem um barraco, denominado pela família como tapiri. Fizeram-no de pau a pique, coberto com as folhas da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. e Spreng) e amarradas com cipós titica (*Heteropsis flexuosa* (Kunth) G.S.Bunting) e timbó (*Serjania spp*). Para cobrir as portas e janelas colocaram sacos de estopa (sacos feitos de juta) e varas.

A gente morava numa casa chamada de Tapiri. Era uma casa de pau a pique, coberta com folhas de palmeira babaçu, o piso era o chão mesmo, a gente cozinhava em fogão de lenha, e não tinha porta [n]a casa. Usávamos um saco de aninhagem também chamado de estopa, que era aberto e ficava tipo uma cortina, pregado com dois pregos, né? Essa que era a porta da nossa casa. Onça tinha muita. Quando era no mês de agosto a gente acordava com onças esturrando bem pertinho de casa, que chega estremecia o chão. Eram duas ou três. E a gente acordava morrendo de assustada, os cachorrinhos todos se enfiavam pra dentro de casa com o medo da onça, que a gente criava cachorro, né? E era assim, selva pura, era pelos anos de 1973, 1974 e 1975 (MARIA FRANCISCA, comunicação pessoal em fevereiro de 2021).

Enquanto a casa no lote tornou-se a morada definitiva da família, a da agrovila tornou-se um ponto de apoio. Sempre quando era necessário utilizavam a residência para pernoitar, como quando iam fazer compras na cidade, que, pela ausência de transporte, longas distâncias eram caminhadas e não havia tempo suficiente para retornar ao lote no mesmo dia.

As memórias dessa época denotam que o desafio era reconstruir as condições mínimas para iniciar a vida no novo lugar, providenciar itens básicos como as panelas, as roupas, as camas e redes, lamparinas, ferramentas e, ao mesmo tempo, lidar com necessidades urgentes, como adquirir as calorias necessárias para a manutenção da família.

No período inicial, a possibilidade da fome que fizera com que migrassem do Nordeste também espreitava na Amazônia, sobretudo após a finalização do período de seis meses da ajuda governamental. Assim, foram as relações sociais de solidariedade e reciprocidade que colaboraram para a reprodução social do grupo. Segundo lembra o filho Elizeu, foi de enorme importância a solidariedade dos vizinhos para passar esse período, traduzida em ajuda das pessoas que já estavam instaladas no assentamento, através do fornecimento de mandioca e farinha para os que estavam desguarnecidos. Ajudou também o fato de o responsável pela comercialização dos alimentos na Companhia Brasileira de Alimentos – COBAL ser assentado que vendia fiado para os agricultores sem perspectiva de pagamento até que pudessem fazer suas primeiras roças no ano seguinte.

Esse período é lembrado como crítico e decisivo para a permanência do grupo no lote. Um fato importante dessa fase inicial é o abandono do lote pela família de Manoel, sobrinho de Severino, que migrou junto com eles. Eles optaram por voltar ao Rio Grande do Norte e, dessa forma, a partir daquele momento não havia mais laços de parentesco na região, o que aumenta a importância das relações construídas com outros colonos que estavam na mesma condição.

Assegurar a alimentação era a prioridade. No entanto, as tarefas relacionadas a esse empreendimento demandaram um processo de aprendizagem e adaptação. Embora detivessem um acúmulo de saberes, quando chegaram à região observaram que precisavam atualizar esse conhecimento, assim como havia necessidade de aprender coisas novas para a sobrevivência da família. Por exemplo, o momento certo de fazer as roças, a maneira de fazer a limpeza das áreas, o tempo de proceder à queima da vegetação, as práticas de caça e pesca, os animais e plantas que poderiam ser

utilizados na alimentação, as estratégias para enfrentar as intempéries, dentre outras.

Esses saberes foram aprendidos e incorporados de diferentes formas por meio do convívio com o ambiente e com o tecido social. Os conhecimentos acumulados por várias gerações, detido por famílias que já viviam na Amazônia, foram compartilhados com os migrantes. Estes, por seu turno, a partir da observação atenta e do método de tentativa, acerto e erro, atualizaram os saberes necessários para viver no ambiente amazônico. “Inclusive aqui [na Amazônia] a gente não sabia quando era inverno e quando era verão porque era todo o tempo chovendo e só as pessoas que vieram pra cá no tempo da seringa, que já tinha 30 e 40 anos que moravam aqui, que instruíram papai a plantar” (MARIA ROSA, comunicação pessoal em novembro de 2020).

Quando chegaram à região, a caça foi a principal forma de adquirir proteína, visto que havia abundância de animais silvestres nas matas. No entanto, não bastava apenas saber utilizar os apetrechos necessários para a captura dos bichos, mas também compreender seus comportamentos, sobretudo alimentares, e as técnicas de caça como: muntá (conhecido também como mutá), varrida e o uso de armadilhas. Tudo isso aprenderam com pessoas que residiam na Amazônia.

A gente ia junto com eles e eles explicavam sobre os bichos, os perigos da atividade da caça, como as onças e cobras. Eles ensinavam qual tipo de planta os bichos comiam, por exemplo, a flor da sapucaia (paca), flor de matamatá (paca e veado), frutão (anta, porco do mato, veado e paca), gameleira (veado e paca), tuturubá (muitos bichos), caju do mato (cajuí) (paca, anta, porco do mato), e outras, que eram as plantas que nós aprendemos com eles (ELIZEU, agricultor, 60 anos, comunicação pessoal em fevereiro de 2021).

Embora seja uma atividade que depende da competência e da sorte do caçador, esse foi o primeiro meio utilizado para aquisição de proteína animal e demandava trabalho durante as noites e aos finais de semana, portanto, não concorria diretamente com a agricultura.

A agricultura e a criação de pequenos e médios animais sempre foram as principais

atividades da família desde seu local de origem. Por meio dessas conseguiam os alimentos e comercialização de algum excedente para adquirir os bens que não eram produzidos. Dessa forma, investiram a maior parte do trabalho disponível nessas atividades.

Anteriormente mencionamos que o genitor havia começado a trabalhar na terra, mesmo antes da família chegar ao assentamento. Essa foi a primeira tentativa de fazer uma roça, ainda no ano de 1972, porém a queima não foi boa, pois as chuvas amazônicas já haviam começado, o que inviabilizou os plantios, visto que na limpeza das áreas era utilizado o fogo. Esse fato desafiou a perseverança do grupo. O único plantio que conseguiram fazer foi de batata doce (*Ipomoea batatas* L. (Lam.)), no quintal da casa da agrovila, e foi feito pela genitora. Segundo relatos dos membros da família, este plantio ajudou bastante, pois produziu muito.

O fracasso da primeira roça, porém, não impediu que no ano de 1973, no mês de maio, o genitor juntamente com seus dois filhos mais velhos, comessem a limpeza da área por meio do roço e posterior derrubada das árvores com o uso de machado. No entanto, novamente não conseguiram fazer uma boa queima. Um filho narra esse período:

Aquele tempo chovia muito. Em [19]73 sapecou a roça, queimou muito mal. Só queimava alguma bolinha de chão e ficava outras sem queimar, aí a gente fazia coivara onde não queimava e acendia com jeito até queimar. E assim ia emendando os locais queimados e ficando maior para plantar. Naquele tempo quase não tinha verão³. (ELIZEU, comunicação pessoal em fevereiro de 2021).

Embora os rendimentos não fossem animadores e diferentes dos que alcançaram nos anos bons no Rio Grande do Norte, a decisão familiar foi continuar investindo em culturas alimentares como arroz (*Oriza sativa*, L.), feijão (*Phaseolus vulgaris*, L.), milho (*Zea mays*, L.), mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz.) e banana (*Musa ssp.*).

A criação animal no assentamento foi uma atividade que demandou tempo para iniciar. Isso ocorreu, por um lado, pela escassez de animais, assim como de dinheiro em espécie para aquisição destes. Uma prática comum era a troca de dias de serviço

por exemplares de galinhas, patos, perus e porcos, assim como por animais domésticos como gatos e cachorros⁴. O ano de 1975 é tido pelos membros da família como o momento em que foi iniciada a criação de galinhas e porcos, o que possibilitou uma segurança maior na aquisição de alimentos, assim como a obtenção de dinheiro no caso de uma emergência ou quando da necessidade de fazer algum investimento.

Segundo os interlocutores, na segunda metade da década de 1970, a insegurança alimentar foi superada em virtude da melhora dos rendimentos agrícolas e da criação animal. O aumento da produção de alimentos foi possibilitado em parte pelo acesso ao crédito, embora se destaque que situações específicas fizeram com que esse tipo de mecanismo contribuísse para a dinamização do sistema de produção familiar. O primeiro crédito foi concedido no ano de 1975 para a produção do arroz. No entanto, o acesso demandou dos colonos além do domínio da agricultura, conhecer minimamente a burocracia bancária. Esse era o caso do genitor, que mais de uma vez havia tomado empréstimos bancários enquanto esteve no Rio Grande do Norte. Para além de financiar a cultura agrícola do arroz, o dinheiro liberado contribuía para a reprodução social da família no período da entressafra. Funcionava assim:

O dinheiro do financiamento era utilizado para a manutenção da família, conforme as parcelas iam saindo, pai comprava os mantimentos como açúcar, óleo, sabão, querosene, algum remédio, quando precisava. A gente fazia todo o trabalho, então, não era necessário contratar mão-de-obra. Os vizinhos ajudavam também através da troca de dias de serviço quando era necessário. Quando chegava o tempo da colheita, parte do arroz era retirado para a despesa da família e o restante era levado para pagar o financiamento. Aí pai pegava outro financiamento para o próximo ano. Dois ou três anos as coisas funcionaram assim (ELIZEU, comunicação pessoal em fevereiro de 2021).

Quando perguntados se conseguem delimitar um momento em que ocorreu sensação de melhoria na condição de vida, isto é, quando passaram por aquela condição de risco alimentar, os membros do grupo relatam o período iniciado na segunda metade da década de 1970, que coincide com relativa

melhoria da infraestrutura, sobretudo, a abertura de estradas e a chegada no local de colonos vindos do Sul e Sudeste.

A dureza da vida no assentamento fez com que muitas famílias, que chegaram na primeira metade da década de 1970, abandonassem os lotes (SOUZA, 2012). Também, segundo os interlocutores, alguns vizinhos venderam propriedades para agricultores vindos do Sul e Sudeste que migraram por conta própria, a chamada colonização espontânea. Algumas dessas famílias migrantes chegavam com algum capital para investimento e compravam terra. Esse fato é lembrado como um momento de dinamização do assentamento, visto que alguns dos recém-chegados tinham caminhonetes, que puderam ser utilizadas para o transporte e escoamento da produção das famílias, em geral, mediante pagamento. Não eram muitos os que tinham essa condição social, no entanto, logo se tornaram referência. Por exemplo, eram a eles que recorriam quando havia necessidade, em função de alguma doença, de levar alguém com urgência para os núcleos urbanos de Brasil Novo ou Altamira.

Outro fator narrado como elemento de mudança de vida foi a transição da dinâmica do lote de uma atividade estritamente ligada a culturas agrícolas e criações de animais para fins quase que exclusivamente alimentares para a implantação de espécies perenes, como a seringueira (*Hevea brasiliensis*, Willd ex adr. De Juss. Muell-Arg.), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*, L.), café (*Coffea canephora* P.), guaraná (*Paullinia cupana* Kunth.) e cacau (*Theobroma cacao*, L.), e pecuária bovina, incentivadas pelo acesso às políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e crédito ou com investimentos da família.

O cacau é a cultura agrícola que exemplifica bem esse processo e cujo plantio foi iniciado em 1977. Inicialmente feito sem qualquer financiamento externo como explica o filho Elizeu: “Nós plantamos 3 mil pés de cacau por nossa conta, sem financiamento. As sementes de cacau foram conseguidas com a CEPLAC. E nós fizemos o plantio. Em 1979, meu irmão havia chegado de São Paulo, aí nós plantamos mais 5 mil pés”. Foram os técnicos da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) os responsáveis pela

difusão de técnicas de cultivo e o fornecimento de sementes para a implantação da cultura na região.

Para a família, o cacau está estritamente ligado ao início da criação de gado. Mais uma vez esta utiliza a estratégia de pegar parte do crédito rural destinado ao pagamento da mão-de-obra para a implantação da lavoura cacauzeira e utiliza também para a aquisição de reses:

A criação de gado começou em 1979. Foi assim: pai fez financiamento para 5 mil pés cacau, vinha uma parte do dinheiro que era para custear a mão-de-obra, mas nós que fizemos todo o serviço. Então ele pôde usar o dinheiro para comprar uma vaca e duas novilhas (ELIZEU, comunicação pessoal em março de 2021).

Enquanto o cultivo de plantas perenes passou por várias fases, sendo que em momentos distintos essas culturas assumiram papel de protagonismo ou foram escamoteadas e abandonadas durante as décadas seguintes. Por exemplo, o cacau foi abandonado na década de 1990, em função dos preços baixos e de doenças como a vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*), e retomado no início da década de 2000. A pecuária bovina, por seu turno, foi a principal atividade da família após o início. Esta assumiu um papel fundamental na geração de recursos financeiros para situações emergenciais e para o investimento no lote.

A Transamazônica a partir dos discursos dos participantes da pesquisa: do sucesso da migração à saída dos filhos, envelhecimento do casal e venda do lote

A narrativa dos participantes da pesquisa, embora apresente dualidade, evoca sempre a ideia de sucesso com a migração. Sempre lembram a dificuldade do período inicial, mas esse peso parece diminuir na medida em que reconstruíram não só sua capacidade de reprodução material, mas também todo um conjunto de relações sociais, que, como visto anteriormente, foram fundamentais para a superação dos períodos de maior penúria, conforme as memórias narradas a seguir:

No começo a gente tinha um sentimento que tinha dado uma errada, a gente tinha saído do Nordeste e ido pra lá [Amazônia] e aquele lugar não ia melhorar porque ele foi melhorando muito devagarzinho, mas depois se tornou bom e ficou um sentimento bom pra gente porque o lugar melhorou. [...] Hoje eu tenho o sentimento que foi a coisa correta que pai fez indo pra lá, porque lá foi onde ele conseguiu alguma coisa e se tivesse ficado no Nordeste talvez não tivesse conseguido não (ELIZEU, comunicação pessoal em maio de 2021).

Na narrativa o interlocutor justifica o argumento positivo para a processo de migração comparando a vida na região, onde foi possível sobreviver e acumular bens, a uma possível vida no Nordeste, onde tentaram por anos, mas não obtiveram as condições mínimas para a reprodução social da família. Outro filho resume sua visão do processo de migração destacando o apoio dos governos militares:

Nós viemos pra cá por aquele projeto criado pelo governo do Emilio Garrastazu Médici, Programa de Integração Nacional, o programa significava integrar para não entregar [...] Nós, de 1972 até a entrega do governo militar para o governo civil vivemos um período de muita ordem e muito progresso, não faltava nada aqui na região, nós passamos por dificuldade por aqui era floresta pura, não havia estrada, caminhava nas veredas [...]. Havia fartura, havia resultado, nosso trabalho gerava uma grande renda, havia incentivo para o trabalho, o governo militar fazia de tudo para que o pequeno e médio agricultor produzisse (ELIAS, mecânico e agricultor, 64 anos, comunicação pessoal, 2021).

Essa segunda narrativa apresenta um sentimento de gratidão aos governos militares, justificado pelo apoio inicial e creditício, bem como a melhoria nas condições de vida, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas no início. Essa perspectiva é comum no discurso de vários pioneiros na região, conforme pode ser visto no trabalho de Souza (2012), sobretudo, em relação ao presidente Médici, “o presidente símbolo da repressão, é símbolo de esperança e mudança em suas vidas, o que não implica, necessariamente, em apoio ao regime, mas em se identificar com o

governo, devido aos benefícios diretamente recebidos” (SOUZA, 2012, p. 205).

No terceiro depoimento, da filha mais nova no casal, aparece um mix de sentimentos, no entanto, são memórias mais recentes, visto a pouca idade no momento da mudança:

Viver lá era bom, era uma mistura de sofrimento, medo, tranquilidade, calma, paz, mas tudo tem os prós e os contras, né? Na infância da gente, a gente não pensa muito nas coisas, tudo é mais fácil, é melhor, né? (MARIA DE FÁTIMA, cabeleireira, 50 anos, comunicação pessoal em maio de 2021).

Enquanto as três narrativas reforçam sentimentos antagônicos. De um lado uma positividade, conforme identificaram em suas pesquisas Braga e Souza (2019, p. 190), isto é, a perspectiva dos vencedores, dos que permaneceram na região em oposição aos que voltaram para suas terras. Por outro lado, todas as dificuldades já apresentadas durante o texto e reforçadas por esses autores como: “a falta de conhecimento técnico dos colonos, a dificuldade para conseguir crédito para produzir, a ausência de estradas vicinais que permitissem escoar a produção e o transporte de doentes, remédio e produtos”, ajudam a explicar, pelo menos em parte, o fenômeno encontrado ao reconstruir a trajetória familiar que foi uma diáspora dos filhos do casal durante o processo.

A saída dos filhos iniciou já na década de 1970. Alguns saíram em função de matrimônios em que foram morar em outras propriedades e/ou cidades da região. Outros saíram para estudar e/ou trabalhar. Na Figura 4 estão os membros familiares que permaneciam no lote no ano de 1978. Houve situações em que membros retornavam após um período fora, no entanto, acabavam por sair em definitivo nos anos seguintes. A fotografia apresentada a seguir foi feita em 1978, na agrovila Princesa Izabel, ocasião em que a família se preparava para participar da missa.

A diáspora dos filhos e filhas fez com que já na década de 1990 permanecessem no lote somente os genitores e a filha Maria Verônica, que não havia casado. O casal já em processo de envelhecimento obteve o direito à aposentadoria, o que foi fundamental para a manutenção da família, tendo

em vista a menor capacidade de trabalho no lote. Os anos de penosidade do trabalho na terra, a idade em avanço e o aparecimento de doenças levaram à decisão de vender a propriedade no início da década de 2000. A sucessão entre os membros da família no lote não ocorreu e todos os residentes se mudaram para uma casa na sede do município de Brasil Novo. Em 2013, em função do agravamento de problemas de saúde de Maria, o casal juntamente com Maria Verônica, se mudou para Altamira para que a genitora pudesse fazer tratamento, contudo ela faleceu em 2017.



Figura 4 – Da esquerda para a direita: Elizeu, Maria Verônica, Maria Claudia, Maria de Fátima, Maria e Severino.

Fonte: Acervo da família.

Considerações Finais

A decisão de migrar de seu local de origem para a Amazônia envolveu a esperança de melhoria de vida por meio do acesso à terra, assim como a perspectiva de fugir dos terríveis anos de seca e da ameaça da fome, portanto, a propaganda governamental alcançou pessoas que não tinham margem de escolha. A decisão de migrar se dava tanto em função das dificuldades de sobrevivência no seco Nordeste quanto pela perspectiva motivada pela propaganda governamental acenando com a possibilidade de uma terra promissora, na úmida e irrigada Amazônia. Levar toda a família e mantê-la unida, se reproduzindo naquele novo espaço era um objetivo tácito.

A perspectiva positiva se esvaiu na medida em que o grupo se defronta com a dura realidade da vida

nos assentamentos. A superação se dá por processos que ocorreram no interior da família e sua relação com fatores externos, seja em nível da comunidade e/ou com atores e oportunidades externas, cuja importância permanece na memória até o presente, visto que foram lembrados na ocasião da coleta de dados para este artigo.

Todo o esforço da família de Severino e Maria não logrou manter a família unida. No momento de reunião dos dados, verificou-se a dispersão espacial dos filhos e netos, em contatos possíveis apenas por telefone e pelas mídias disponíveis nas redes sociais. O registro iconográfico da época em que a família aparece com o maior número de membros reunidos é a fotografia apresentada como Figura 4, com quatro dos nove filhos e o casal ainda jovem.

Merece menção o grau de penosidade do trabalho e do acesso ao lote que conseguiram, considerado aceitável, mas com relatos que impressionam, em particular pelo deslocamento que era preciso ser feito entre a Agrovia e o lote. A mãe e os filhos carregavam nos braços e nas costas tanto os apetrechos de trabalho, vestimentas e utensílios necessários, como as crianças de mais tenra idade. O caminho era acidentado e com riscos de ataque de animais peçonhentos e ferimentos em pedras, espinhos e tocos, comuns nesse tipo de trilha. Soma-se a essas dificuldades as instalações precárias da casa e as condições alimentares e de equipamentos rudimentares de trabalho.

Acrescenta-se a todos os aspectos acima a disponibilidade e a distribuição do trabalho conforme idade e gênero dos membros familiares, fatores que, inicialmente, foram determinantes das estratégias e lógicas de gestão produtiva da família já que o casal à época em que chegou à região trouxe consigo sete filhas e dois filhos, sendo que algumas das filhas saíram da propriedade logo após os primeiros anos devido contraírem matrimônio ou para trabalharem e/ou estudarem e as que permaneceram tinham pouca idade e ficavam responsáveis pelo auxílio nas atividades domésticas da genitora. Assim, havia uma clara divisão do trabalho, sendo a genitora e filhas responsáveis pela casa e seus arredores, afazeres domésticos e cuidados com os pequenos animais, e o genitor, juntamente com os dois filhos, desempenhavam funções braçais,

desenvolvendo plantios, roças e lidando com as atividades ligadas à criação de gado.

Embora nos discursos dos membros da família a importância da genitora enquanto membro produtivo seja pouco evidenciada, o que talvez seja resultante da rígida divisão sexual do trabalho no meio rural e que delimita às mulheres e às crianças o ambiente de consumo (e portanto, não trabalho) e aos homens, o ambiente de produção (HEREDIA, 1979), refletindo na invisibilidade do trabalho feminino no campo (GALIZONI; RIBEIRO, 2004) ou mesmo na reprodução do discurso que a mulher não trabalha, ou que as atividades exercidas por ela são consideradas “leve” ou “ajuda”, conforme mencionam Paulilo (1987) e Boni (2005), há de se destacar a relevância do trabalho exercido pela genitora, por exemplo, no primeiro plantio de batata doce, que foi primordial para a alimentação da família e permanência desta na região.

A memória afetiva preserva a valorização dos pais como pessoas que tentaram resolver os problemas que se punham em sua existência, submetendo igualmente a família a uma verdadeira saga em busca da reprodução camponesa que se dilui em um processo histórico em que se pode encontrar semelhanças com muitas outras delas, em que pese a trajetória particular e específica do grupo aqui descrito.

Notas

1 Sobre esse aspecto é importante considerar que, conforme Sayad (1998), há diversas motivações que levam as pessoas a migrarem, que vão desde eventos naturais até questões do campo político-econômico. Contudo, para esse autor, a razão essencial para migração reside na busca pelo trabalho. No caso da família estudada, pode-se sugerir que não se tratava apenas da busca pelo trabalho, mas pelos meios de trabalho que a posse de uma terra produtiva e de oportunidades proporcionaria. Neste sentido, a propaganda governamental sobre a Amazônia, e em especial, a Transamazônica, como uma terra prometida que deveria ser ocupada e conquistada, foi essencial para atração dessa família de migrantes e de outras que buscavam melhorias nas condições de vida em um lugar de afamada prosperidade (SOUZA, 2012).

2 No leque de políticas criadas para a Amazônia, uma das que teve grande repercussão foi a Política Nacional de Colonização da Amazônia, lançada em 1970 como parte

do Programa de Integração Nacional. Criada com vistas a promover o “povoamento da Amazônia”, considerada então um “vazio demográfico”, esta política foi responsável pela atração de grandes levas de migrantes para a região, vindos não só estimulados pelos incentivos públicos, mas também impulsionados pelos problemas decorrentes de secas no Nordeste e conflitos de terra em várias regiões do país (OLIVEIRA, 1988; SMITH, 1977). 3 Verão amazônico é o período em que as chuvas são mais esparsas, geralmente de julho a dezembro.

4 Cães e gatos foram fundamentais para a família. Enquanto os primeiros ajudavam na proteção da casa e nas atividades de caça, os últimos predavam roedores que invadiam os espaços de armazenamentos de grãos.

Referências

- BRAGA, Magno Michell Marçal; SOUZA, César Martins de. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. **Revista Territórios & Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 172-191, 2019.
- BONI, Valdete. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares - um estudo na região oeste de Santa Catarina.** Orientadora: Maria Ignez Silveira Paulilo. 2005. 99 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia.** Os desafios do desenvolvimento sustentável. 2 ed. Belém: NAEA, 2012.
- GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Trabalho feminino na agricultura familiar do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Brasília: SOBER, 2004.
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia.** São Paulo: Marco Zero, 1994.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDES, Armando Dias; HEBETTE, Jean; CASTRO, Edna Maria Ramos de e FERREIRA, Roberto da Costa. **A invenção da Amazônia.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1975 (Coleção Amazônia – Série Tavares Bastos).
- MENDES, Francivaldo José da Conceição; SOUZA, César Martins; MIRANDA NETO, José Queiroz De. Memórias de migração na Amazônia: um estudo a partir das narrativas orais dos sujeitos no território da Transxingu. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 49, p. 72-82, 2018.
- MENEZES, Maria de Nazare Angelo; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fabricas reais do período colonial e as serrarias de hoje. **Cadernos de Ciência e Tecnologia (EMBRAPA), BRASILIA**, v. 15, n.3, p. 123-145, 1998.
- MORAES, Fernando; GONTIJO, Ricardo e CAMPOS, Roberto de Oliveira. **Transamazônica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia.** Campinas, SP: Papirus, 1988. 107 p.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987.

PINTO, Lúcio Flávio. **Jari**. Toda a Verdade sobre o Projeto de Ludwig. As relações entre estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Editora Marco Zero, 1986.

SANTOS, Aldizio Ribeiro; SOUZA, César Martins; SILVA, José Valtemir Ferreira. A colonização da rodovia Transamazônica e os desafios de adaptação: um estudo a partir da comunidade Carlos Pena Filho. **Cadernos do Ceom**, v. 33, n. 52, p. 93-104, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho. **Mulheres migrantes na Transamazônica**: construção da ocupação e do fazer política. 2008, 374 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SILVA, José Valtemir Ferreira; SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira; SILVA, Aline Costa. Migração e colonização da Transamazônica na obra de Odette de Barros Mott. **Nova Revista Amazônica**, v. 6, n. 2, p. 103-122, 2018.

SMITH, N. O modelo brasileiro de assentamento na Rodovia Transamazônica: agrovilas, agrópolis e rurópolis. **Cadernos do NAEA**, n. 4, p. 71-79, 1977.

THÉRY, Hervé. **Le Brésil**. 2 ed. Paris, Milan, Barcelone, México, Masson, 1989. (Collection Géographie).

SOUZA, César Augusto Martins. **A estrada invisível: memórias da Transamazônica**. 2012,

264 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.